



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010445-26.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **TAMIRIS CAPORUSSO GALONE e outros**
 Requerido: **SAGAE ORGANIZAÇÃO FOTOGRAFICA LTDA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Bruno Luiz Cezarino e outros, todos qualificados na inicial, intentaram ação de resolução contratual, devolução de dinheiro e reparação de danos em face de Servifest Eventos Ltda e Sagae Organização Fotográfica Ltda.

Susteram estar cursando faculdade, tendo contratado com a Servifest e Sagae a cerimonia de formatura, com baile, além de fotografias e filmagens, iniciando pagamentos mensais em 09/2012.

Ocorre que no mês de fevereiro deixaram de ter contato com a Servifest, somando-se notícias de descumprimentos de outros contratos.

À fl. 126 foi concedida a gratuidade aos autores, além de medida antecipatória para proibir protestos em detrimento dos requerentes.

Sagae Organização Fotográfica apresentou contestação e aduziu ser parte ilegítima. No mérito, sustentou a improcedência.

A requerida Servifest foi citada por edital (fl. 182), apresentando contestação por negativa geral (fl. 194).

Réplica quanto as contestações às fls. 187/188 e 204.

É o relatório.

Decido.

De início, verifico que todos os autores cursam faculdade particular, comprometendo-se ao pagamento de valores razoáveis para a festa de formatura. Assim, pouco importando se possuem renda própria, bem como a origem dela (eventualmente vinda dos genitores), além de terem contratado patrono particular, por óbvio que longe estão de necessitar da gratuidade para litigar. Assim, **de ofício, revogo a gratuidade** deferida, concedendo aos autores o prazo de 05 dias para todos os recolhimentos devidos. Anote a serventia a revogação.

De ilegitimidade da Sagae não se pode falar. Como se verá, houve contratação também dessa firma, sendo o que basta a permitir aos autores a ampla discussão da avença.

Os documentos de fls. 43/45 e 50/92 evidenciam contratação com a requerida Servifest, beneficiária dos valores contratados (total de R\$95.750,00).

Já o contrato de fls. 46/49, celebrado em apartado, vinculou os autores e a firma Sagae, concedendo-lhe exclusividade no registro de imagens e fotos dos eventos que seriam realizados pela requerida Servifest.

Ocorre que como dito pelos autores, toda a negociação foi celebrada por meio do sr. Maurício Luis Torres Prado, que era representante comercial da requerida Sagae, além de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

proprietário da Servifest.

Para espantar qualquer dúvida, o sr. Maurício assina o contrato da Servifest (fl. 45) e também o da Sagae, dessa feita como "representante comercial" (fl. 47).

Ora, evidente, diante do exposto, que havia ligação umbilical entre as duas requeridas, visto que uma tinha o sócio da outra como representante, situação mais do que suficiente a indicar a responsabilidade solidária.

Além disso, não há como se desvincular de uma festa de formatura e colação de grau, o serviço de filmagem/fotografia. São desnecessários maiores argumentos para se perceber a venda casada e a responsabilidade conjunta.

Unidas as duas requeridas para colher os bônus pretendidos, devem também assim permanecer para suportar eventuais ônus do contrato.

Nos moldes do parág. único, do art. 7º, do CDC, a responsabilidade é solidária quando a ofensa aos contratantes tiver mais de um responsável, e esse é o caso dos autos.

Os documentos juntados com a inicial, em especial às fls. 103/107, evidenciam a frustração de outros contratantes, além de inúmeras demandas judiciais semelhantes, o que é mais do que suficiente para o reconhecimento do pedido de resolução, até porque a requerida Servifest sequer foi encontrada para citação pessoal.

Quanto aos danos morais, os autores tiveram a sorte de descobrir a ocorrência a tempo de evitar maiores aborrecimentos.

Assim, tenho que o descumprimento contratual como consignado é decorrente da vida em sociedade, ao qual todos estão sujeitos.

Dessa forma, já servindo a multa contratual como meio de reparação, descabidos danos morais.

No tocante à multa, prevista na Cláusula 4, do contrato, à fl. 44, no absurdo percentual de 50% sobre o valor total, diante de sua evidente abusividade objetiva, quer para os autores, quer para os requeridos, fica o percentual minorado para 20% sobre o mesmo patamar.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais para:

- 1) declarar rescindidos os contratos celebrados entre os autores e as requeridas Servifest Eventos Ltda e Sagae Organização Fotográfica Ltda e, por consequência, reconhecer a inexistência de quaisquer débitos dos primeiros para com os segundos;
- 2) tornar definitiva a liminar concedida à fl. 126, proibindo qualquer conduta tendente a cobrar os autores, permanecendo incólume inclusive a multa fixada;
- 3) determinar a devolução aos autores, da quantia já paga, corrigida monetariamente desde cada desembolso, incluída a multa por descumprimento que, como já referido, deve ser no percentual de 20% sobre o valor atualizado do contrato; sobre esses valores os juros de mora de 1% ao mês serão contados da citação.

Como a inicial foi genérica, não discriminando os valores pagos por cada contratante, a planilha de débitos para a execução também deve ser assim elaborada, ficando a cargo dos autores a posterior partilha do montante cabível a cada um.

A condenação é solidária devendo as rés, ainda, arcarem com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, tudo justificado por terem os autores decaído de pequena parte do pedido.

Como já referido, anote-se a revogação da gratuidade aos autores, com o prazo concedido para os recolhimentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PRIC
São Carlos, 03 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**